MP 458/09

Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Antecedentes e Contextualização

- Ações de regularização na região paralisadas na década de 80

- Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal – 2004/2005
  - Elaboração de proposta de destinação de terras (BR 163 e arco do desmatamento);
  - Revisão dos procedimentos de alienação e concessão de direito de uso em áreas críticas do desmatamento; e
  - Georreferenciamento e regularização fundiária.

Antecedentes e Contextualização

Em seis anos (2003 a 2008)

- Destinados 81 milhões de hectares
  - assentamentos;
  - unidades de conservação (BR 163, BR 319, etc);
  - terras indígenas;
  - governos estaduais.

Corresponde a quase 10% do território brasileiro

Antecedentes e Contextualização

Situação Fundiária na Amazônia Legal

ESTRATIFICAÇÃO DE ÁREAS NA AMAZÔNIA LEGAL	
Especificação	**Áreas (hectares)**
Áreas Arrecadadas da União	67,4 milhões
Terras Indígenas	120,1 milhões
Assentamentos	38,3 milhões
Unidades de Conservação Federal	65,9 milhões
Unidades de Conservação Estadual	57,1 milhões
Áreas Arrecadadas do ITEAM	49,4 milhões
Imóveis (certificados e títulos Rondônia)	15,1 milhões
Estado Maior das Forças Armadas	7 milhões
Outras Ocupações	81,9 milhões
Total	**502,2 milhões**

Antecedentes e Contextualização

Situação Fundiária na Amazônia Legal

- Há 67,4 milhões de hectares de terras federais não destinadas na Amazônia Legal, o que representa 13,42% da área total da região. Nestas áreas é possível uma política de regularização fundiária.

- Sob controle dos estados são mais de 100 milhões de hectares em condições de serem regularizadas.

Antecedentes e Contextualização

Marco legal inadequado

- Necessidade de vistoria prévia em todo imóvel a ser regularizado;
- Necessidade de certificação da gleba (inclusive dos remanescentes) da qual o imóvel será destacado;
- Obrigação de georeferenciamento com precisão de 50 cm da posse a ser regularizada;
- Processo de administrativo complexo para verificação dos requisitos da legitimação de posse.

Mudanças Legais Propostas

Princípios

- Reconhecimento de Direitos
- Combate à grilagem de terras
- Preservação do meio ambiente

Mudanças Legais Propostas

Áreas Urbanas

- Na Amazônia Legal 172 municípios tem a totalidade de sua sede situada em terra federal não destinada.

Proposta MP:

- Simplificação da transferência de terras urbanas consolidadas e expansão para municípios.

Áreas Urbanas – Processo anterior

MUNICÍPIO

- Requerimento
- Adota duas medidas: meio-fio ou calçamento ou abastecimento de água ou sistema de esgoto sanitário ou rede de iluminação ou escola primária ou posto de saúde.
- Estudo finalidades e interesses públicos
- Lei municipal autorizativa
- Certidão do imóvel
- Regularidade fiscal e jurídica

INCRA

- Levantamento posses existentes a época da discriminação
- Georeferenciamento gleba
- Exclusão das posses legítimas
- Identificação e certificação remanescente das glebas
- Avaliação imóvel e benfeitorias

CDN

- Assentimento prévio

Ministro MDA

- Ato de doação

Áreas Urbanas – Doação Simplificada

MUNICÍPIO

INCRA

Requerimento

Em área consolidada: Aferição das características urbanas consolidadas
ou
Em área de expansão: Aquelas contempladas no plano diretor ou lei municipal

CDN
se faixa de fronteira

Assentimento prévio

Planta e memorial descritivo
exclui prédios públicos federais

Ministro MDA

Ato de doação

Mudanças Legais Propostas

Área Rural

Alienação gratuita com expedição de Título de Domínio até 1 módulo fiscal (média de 76 hectares)

Custo diferenciado com expedição de Título de Domínio de 1 a 4 módulos fiscais sem vistoria prévia (auto declaração);

Valor de mercado com expedição de Título de Domínio de 4 a 15 módulos fiscais, com vistoria prévia;

Áreas acima de 15 módulos fiscais até 2500 ha, aplicação da norma legal;

Áreas acima de 2.500 ha, norma Constitucional – autorização do Congresso Nacional;

Mudanças Legais Propostas

Para Quem

Brasileiros natos ou naturalizados

Que não seja proprietário de outro imóvel rural l

Que pratique cultura efetiva na posse

Que exerça exploração direta, mansa e pacífica, anterior à 1/12/2004,(aceito tempo de ocupação pelos antecessores)

Que não detenha cargo ou emprego público (exceção para cônjuges ou companheiros)

Que tenha a principal atividade econômica advinda da exploração do imóvel

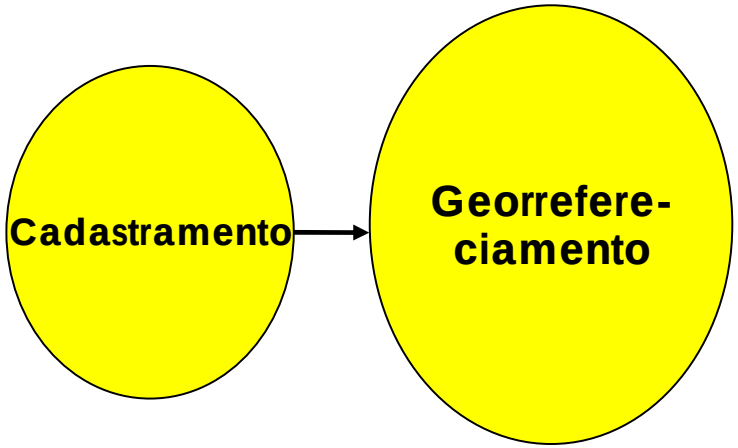
Área Rural:Público Alvo

todos os municípios da Amazônia com terra pública federal

Estados	Municípios	Total Posses	0 a 1 MF	1 a 4 MF	4 a 15 MF
AC	9	13.370	7.898	5.445	28
AP	15	13.599	10.834	1.779	986
AM	37	58.541	27.277	30.070	1.194
MA	28	8.757	5.525	2.928	304
MT	106	25.512	13.722	9.845	1.946
PA	86	89.785	58.942	25.877	4.966
RO	51	43.740	31.459	10.611	1.670
RR	15	28.305	23.778	2.986	1.542
TO	89	15.249	7.181	7.486	582
9	**436**	**296.858**	**186.614**	**97.027**	**13.218**

De 0 a 4 MF são 283.641 posses – 95,5 % do total

Área Rural: Rotas de Regularização



Recepção de todas as posses do municípios

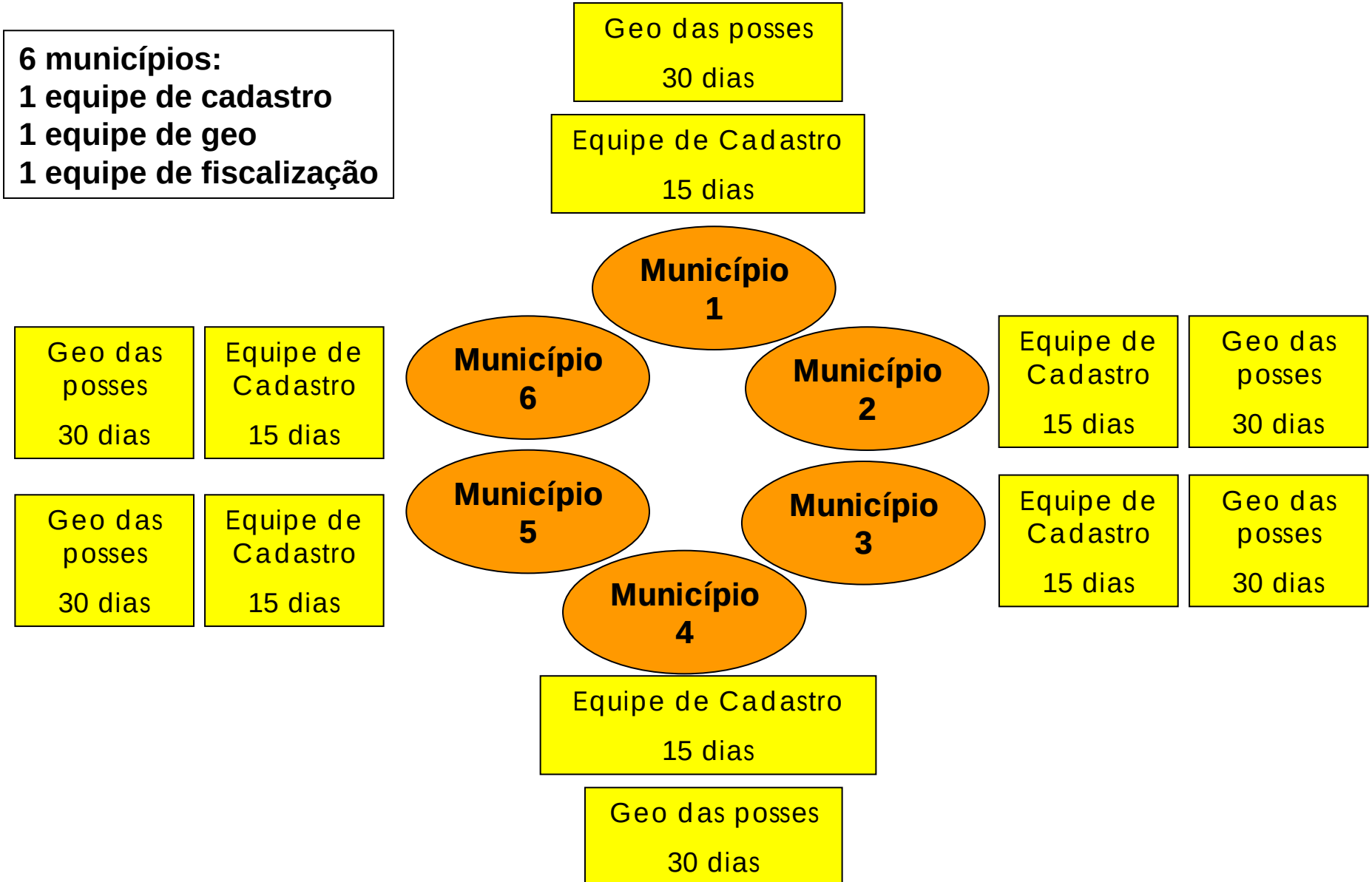
(15 dias)

Geo de todas as posses até 15 módulos

(30 dias)

Área Rural: Ciclo de regularização

6 municípios:
1 equipe de cadastro
1 equipe de geo
1 equipe de fiscalização



Estrutura

- Coordenação e execução da política de regularização fundiária na Amazônia Legal pelo MDA;
- Trabalho em parceria com os Órgãos de Terra dos Estados e Municípios no cadastramento e georreferenciamento das posses e fiscalização dos serviços contratados;
- Constituição de Comitê de gerenciamento da regularização fundiária na Amazônia legal, envolvendo Governo Federal e Governos Estaduais

Controle Social

- Divulgação dos seguintes dados de cadastros via internet:
  - Dados dos requerentes;
  - Dados do imóvel;
  - Entidade responsável pelo cadastro do requerente

- Constituição de Grupo de Acompanhamento nos Estados com a participação de representantes da sociedade civil e Ministério Público.